



A abordagem econômica nos noticiários público e comercial: o rebaixamento da nota de classificação de risco do Brasil¹

José Tarcísio da Silva OLIVEIRA FILHO²

Iluska Maria da Silva COUTINHO³

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

RESUMO

O rebaixamento da nota soberana do Brasil pela agência de classificação de risco *Standard and Poor's* foi anunciada de diferentes formas pelos noticiários público e comercial. Enquanto o Jornal Nacional, da Rede Globo, teve uma postura mais crítica, o Repórter Brasil, da TV Brasil, mostrou uma visão não tão alarmante para a economia brasileira. Este artigo propõe, através de análises quantitativas e de conteúdo, observar e comparar como esses telejornais se comportaram com a divulgação do relatório que atua como um termômetro para os investidores estrangeiros e para a economia brasileira. A notícia foi veiculada no dia 24 de março de 2014, porém a análise se estendeu até o dia 27 do mesmo mês. A pesquisa busca identificar se o telejornalismo público – que não possui dependência com o Ibope e questões mercadológicas – cumpre seu papel na promoção da comunicação democrática e plural.

PALAVRAS-CHAVE: TV Pública; Repórter Brasil; Jornal Nacional; telejornalismo; jornalismo econômico.

INTRODUÇÃO

Assim como a existência de diferentes vertentes econômicas, no jornalismo as possibilidades de abordagem dos fatos envolvendo essa temática também são extensas. A evidência é maior ao analisar telejornais públicos e comerciais, que possuem princípios distintos. Neste trabalho utilizamos como referência o Jornal Nacional, produzido pela Rede Globo, e o Repórter Brasil, noticiário público da TV Brasil. Através de análises quantitativas e de conteúdo observou-se o comportamento de ambos no dever de informar um acontecimento econômico.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2014.

² Jornalista, mestrando em Comunicação e Sociedade (UFJF), especialista em Jornalismo Político, estudante do curso de MBA em Gestão pela Fundação Getúlio Vargas e pesquisador do grupo de Jornalismo, Imagem e Representação (UFJF). E-mail: jtarcsiofilho@gmail.com

³ Jornalista, mestre em Comunicação e Cultura (UnB) e doutora em Comunicação Social (Umesp), com estágio na Columbia University (NYC). Atualmente é professora associada da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós Graduação em Comunicação (UFJF), atuando como líder do grupo de pesquisa Jornalismo, Imagem e Representação. E-mail: iluskac@globocom



Na cultura ocidental, orientada pelos princípios do capitalismo, qualquer notícia que possa afetar o cenário econômico é recebida com atenção. Foi assim com a divulgação do relatório elaborado pela *Standard and Poor's* (S&P) no dia 24 de março de 2014. Nela, a agência de análise do risco de crédito (*rating*) norte americana rebaixou a nota do Brasil de BBB para BBB-.

A redução, de acordo com a agência, evidencia que o país regrediu economicamente e, portanto, apresenta maior dificuldade para honrar os compromissos se comparado com o período que se iniciou em 2011, quando havia alcançado a nota BBB. Além do rebaixamento da nota soberana do Brasil, a S&P também diminuiu o índice da Petrobrás, Eletrobrás e de 13 instituições financeiras do país.

A queda foi vista por especialistas e comentaristas ouvidos pelo Jornal Nacional e Repórter Brasil como um sinal amarelo para a economia brasileira. O Ministério da Fazenda emitiu um comunicado oficial no qual contestou os resultados apresentados pela agência.

O relatório⁴ da S&P é dividido em basicamente três partes. A primeira é a “ação de *rating*⁵”, onde anuncia a redução da nota de crédito soberano do Brasil de BBB para BBB-. Também cita outras alterações, consideradas mais pontuais.

A segunda parte, e mais extensa, é a fundamentação. São oito parágrafos que explicam os motivos do rebaixamento. Já na primeira linha, diz que o rebaixamento reflete a combinação de “derrapagem orçamental”, a perspectiva de fraca execução fiscal frente ao crescimento moderado nos próximos anos, a capacidade limitada de transformações na política e o enfraquecimento nas contas externas.

O relatório também menciona a taxa baixa do PIB dedicada aos investimentos, de 18% em 2013, a dificuldade do governo em cumprir as obrigações financeiras, as incertezas políticas ocasionadas pelo aumento da taxa de energia elétrica em ano eleitoral. Outro fator preponderante, é o baixo crescimento do Brasil. Os PIBs previstos pela agência para 2014 e 2015, eram de 1,8% e 2%, respectivamente.

Apesar da predominância das críticas, há elogios, como o aumento da política de concessão, uma provável redução do déficit após o ano de 2015 e a baixa necessidade de financiamento externo, por causa do alto nível das reservas internacionais.

⁴ O relatório completo está disponível *online* no site da *Standard and Poor's*. Para acessá-lo, é preciso fazer um cadastro gratuito. Link para acesso:

<http://www.standardandpoors.com/prot/ratings/articles/en/us/?articleType=HTML&assetID=1245365832227>

⁵ *Rating* se refere à nota dada ao risco; corresponde classificação da qualidade do crédito de uma empresa, país ou título.



A última parte da análise elaborada pela S&P trata das perspectivas. São três parágrafos que refletem a visão da agência acerca do futuro do Brasil. Há o destaque, que apesar da redução da nota, a perspectiva para o país é de estabilidade e capacidade para resistir a choques externos, mesmo com um baixo grau de investimento. Por fim, elenca dois cenários possíveis, onde as futuras notas poderão ser melhores ou piores.

Para o caso positivo, a agência elencou que serão necessárias iniciativas políticas mais consistentes e reformas que possibilitem um crescimento maior do país em médio prazo. São condições para gerar maior confiança do setor privado e aumento do investimento. Entretanto, afirma que o caminho inverso não é descartado.

Poderemos rebaixar as notas após um desgaste dos indicadores externos e fiscais do Brasil, que é vinculado ao desempenho do compromisso anterior do país à política pragmática. Entretanto, apesar do rebaixamento, vemos um amplo quadro da política macroeconômica do Brasil com a permanência de sua nota como grau de investimento. (Relatório da *Standard and Poor's*, 2014)⁶

Como enunciado, apesar do rebaixamento, a política macroeconômica do Brasil é vista, ainda, como favorável a classificação como grau de investimento.

A decisão em analisar este assunto se deve ao momento político-econômico que o país vive. Desde o início da crise mundial de 2008, ele tem seus índices de crescimento reduzidos anualmente. Depois de promover um crescimento considerável na economia durante o Governo Lula (2003-2011), o Partido dos Trabalhadores enfrenta um momento delicado ao lidar em um mesmo ano com as dificuldades econômicas, evidenciadas pelo rebaixamento do risco de crédito, e com as eleições presidenciais – em que a atual presidente é pré-candidata. O título de boa gestora, cultivado ao longo de anos na imagem de Dilma Rousseff é posto em xeque pela oposição e por parte da mídia, mesmo que de forma implícita.

Considerando tal contexto, este trabalho se propõe a analisar a cobertura da divulgação do rebaixamento das notas pela *Standard and Poor's* por dois telejornais que possuem princípios distintos. O Jornal Nacional, um noticiário comercial, orientado pelas lógicas do mercado, e o Repórter Brasil, telejornal público que propõe uma comunicação plural e democrática.

⁶ Tradução em português realizada pelos pesquisadores. Versão original do trecho citado: “we could lower the ratings following a sharp deterioration in Brazil's external and fiscal indicators that is coupled with an unraveling of Brazil's past commitment to pragmatic policy. Notwithstanding the downgrade, we see Brazil's broad macroeconomic policy framework as supportive of its investment-grade ratings”.



Neste estudo, utilizamos os conceitos elaborados por Fernández (2002), que define diretrizes para a construção de uma TV Pública forte, a obra de Aguiar (2012) que traça um histórico desse modelo no país e detalha o surgimento da TV Brasil em 2007, e os estudos realizados por Coutinho (2013) e pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora na área de telejornalismo público, através do grupo de pesquisa Jornalismo, Imagem e Representação – no qual analisaram a divulgação do conteúdo da TV Brasil mediante preceitos de qualidade no telejornalismo. Também serão abordados conceitos da área de administração, referentes ao risco de crédito e grau de confiança – importantes para a compreensão do tema -, descritos por professores e pesquisadores, como Duarte Junior (2001) e Brito e Assaf Neto (2008).

Grau de confiança

O grau de confiança de um país utiliza-se de vários parâmetros econômicos e serve como um termômetro para o investidor no momento da escolha do local para aplicar o capital. Uma boa nota equivale a maior segurança e referência de que a política econômica do país está indo bem. Um dos conceitos utilizados é o de risco de crédito.

O crédito geralmente envolve a expectativa do recebimento de um valor em um certo período de tempo. Nesse sentido, Caouette et al. (1999, p.1) afirmam que o risco de crédito é a chance de que essa expectativa não se cumpra. De forma mais específica, o risco de crédito pode ser entendido como a possibilidade de o credor incorrer em perdas, em razão de as obrigações assumidas pelo tomador não serem liquidadas as condições pactuadas. (BRITO e ASSAF NETO, 2008, p. 19).

Entre os índices que compõem essa referência estão a dívida pública, o desempenho da bolsa de valores, a capacidade do governo em honrar os compromissos firmados com os credores e a taxa de crescimento – calculada através do Produto Interno Bruto (PIB). Fatores políticos também são considerados.

Risco de crédito pode ser dividido em três grupos: a) Risco do país, como no caso das moratórias de países latino-americanos. b) Risco político, quando existem restrições ao fluxo livre de capitais entre países, estados, municípios, etc. Este pode ser originário de golpes militares, novas políticas econômicas, resultados de novas eleições, etc. c) Risco da falta de pagamento, quando uma das partes em um contrato não pode mais honrar seus compromissos assumidos. (DUARTE JÚNIOR, 2001, p.4)

Algumas agências são especializadas em realizar tais levantamentos e calcular a taxa de risco de uma nação de acordo com parâmetros definidos por elas mesmas. Entre as líderes mundiais estão a *Fitch Ratings*, *Moody* e a *Standard and Poor's*.



A *Standard and Poor's*, (S&P) que rebaixou a nota de crédito soberano do Brasil em março de 2014, possui 25 escritórios espalhados pelo mundo. No Brasil, ele foi inaugurado em 1998, na cidade de São Paulo. Atualmente, é responsável por elaborar 238 avaliações de crédito, que incluem corporações privadas e governamentais.

A escala global de notas da agência é composta de letras e sinais que representam o risco de crédito da organização. A nota mínima é a D, que significa altíssimo risco de investimento. A nota C representa vulnerabilidade econômica, com grande possibilidade de não cumprimento com as obrigações financeiras. Já a nota B é concedida ao órgão que tem capacidade de honrar os pagamentos programados, porém, condições adversas podem reverter este quadro com facilidade. Os pertencentes a escala A, são considerados extremamente fortes para honrar os compromissos financeiros.

É importante ressaltar que para cada letra, ou sequência delas, há variações. No caso do Brasil, em 2011, o país foi classificado como BBB. Em março de 2014 passou para BBB-. Caso haja mais uma queda, passará a BB+. O problema, é que abaixo de BBB-, as organizações são consideradas de investimento especulativo, o que significa risco maior. Portanto, a nação está no limite do considerado “grau de investimento”, que representa as que possuem boa capacidade para honrar os compromissos.

Com a nova nota, o Brasil perde destaque na América Latina. Alguns países, como Chile (AA-), Colômbia (BBB) e Peru (BBB+) continuam na dianteira no ranking elaborado pela S&P.

Apesar do alarde dado pela mídia, as agências já cometeram erros históricos em episódios que ficaram marcados no mundo financeiro. Em 15 de setembro de 2008, dia em que o banco norte americano *Lehman Brothers* quebrou desencadeando a crise econômica global, a instituição financeira amanheceu avaliada com a nota A pela S&P.

De acordo com uma publicação no site do jornal O Globo de 25/03/2014, uma pesquisa realizada por um instituto, composto por cem mil analistas de finanças em todo o mundo, mostrou que apenas 32% deles consideram que as grandes agências de classificação de risco estão procedendo de forma apropriada. 20% acreditam que elas não agem de maneira adequada em relação a todos e 29% disseram que as agências favorecem o governo dos Estados Unidos.

É válido registrar, que logo após a S&P reduzir a nota de crédito soberano dos EUA de AAA para AA+ em 2011, o próprio presidente Barack Obama questionou o



trabalho das agências. “Não importa o que uma agência pode dizer, nós sempre fomos e sempre seremos uma nação AAA”, disse num pronunciamento⁷ na Casa Branca.

Cena semelhante aconteceu com a Islândia, país europeu, cujos bancos chegaram a receber o triplo A pouco antes de a nação entrar numa profunda crise econômica em 2009 – ocasionada pela falência múltipla dos próprios bancos. A situação, inesperada pelas agências, foi relatada por vários veículos de imprensa, como a revista Piauí⁸.

Interesses distintos: TVs Pública e Comercial.

A diferença conceitual entre o jornalismo público e comercial é a independência do primeiro em relação às lógicas do mercado e a audiência. Portanto, o foco da programação e do trabalho jornalístico público é a promoção da cidadania.

Na Lei 11.652 de abril de 2008, que cria a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), estão registrados os princípios que devem nortear a comunicação pública da TV Brasil. Eles representam o que os teóricos já apontavam como necessidades básicas para um jornalismo democrático, como “a promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo, a produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas, promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente” (LEI 11.652, 2008, art. 2º).

É também função da TV Pública a formação de uma sociedade crítica:

I - oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional; II - desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania; III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação [...]. (Lei 11.652, 2008, art. 3º)

Portanto, a TV Pública, é uma forma de oferecer uma programação diferenciada, voltada para a formação do cidadão. Fernández (2002) elabora algumas premissas que poderiam fortalecer o conteúdo da TV Pública na América Latina. Entre elas estão o reconhecimento de nichos diferenciais, com programação específica para diferentes regiões, a promoção da educação aliada ao entretenimento e a melhor da programação

⁷ Retirado da reportagem publicada no site do Jornal O Globo. Acesso pelo link: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/agencias-de-classificacao-de-risco-falharam-na-criese-global-de-2008-11976989#ixzz2x71BYQtF>

⁸ Matéria “A Grande Ilusão” de João Moreira Salles. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-28/carta-da-islandia/a-grande-ilusao>



nos canais regionais e locais – o que seria possível através do conhecimento da audiência, valorizando o público.

Essas constatações ajudariam a aumentar a visibilidade das TVs públicas, que no caso do Brasil, ainda representam um traço na audiência. “O caráter público não existe pela simples emissão de um programa ou de uma obra, mas requer como complemento uma efetiva audiência pública ampla, ou seja, não-elitista ou marginalizada” (FERNÁNDEZ, 2002, p. 191).

O Brasil ainda caminha para atingir esse ideal, situação diferente de países como Estados Unidos (PBS), Japão (NKS) e Inglaterra (BBC). O modelo midiático predominante é o comercial, o que é explicado pela origem da televisão no país. A primeira emissora – que também foi pioneira na América do Sul -, foi a TV Tupi Difusora de São Paulo, inaugurada em 1950. Uma empresa pertencente ao magnata Assis Chateaubriand.

O modelo comercial encontrou um caminho aberto, sem resistências para predominar no meio comunicacional brasileiro. Até os nomes dos programas havia a vinculação com os patrocinadores.

Em 1952, e por vários anos subsequentes, os telejornais tinham denominações como: "Telenotícias Panair", "Repórter Esso", "Telejornal Bendix", "Reportagem Ducal" ou "Telejornal Pirelli". Os demais programas também tinham nome do patrocinador: "Gincana Kibon", "Sabatina Maizena" e "Teatrinho Trol" (MATTOS, 1990, p. 8-9).

O Jornal Nacional teve o nome vinculado ao patrocinador, o Banco Nacional. Presa às raízes comerciais, a televisão cresceu como grande potencial na geração de informação e poder sobre a sociedade. Se em 1960 eram 598 mil aparelhos no Brasil, em 1989, esse número chegava a 28 mil, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica. As verbas publicitárias destinadas à mídia também aumentaram significativamente em relação às demais plataformas de comunicação.

Distribuição percentual da Verba de mídia por veículo⁹

Ano	Televisão	Jornal	Revista	Rádio	Outros
1962	24.7	8.1	27.1	23.6	6.5
1970	39.6	21.9	21.9	13.2	4.3
1978	56.2	20.2	12.4	8.0	3.2
1988	60.9	15.9	13.9	6.6	2.7

⁹ Fonte: revistas Propaganda e Meio & Mensagem, Grupo Mídia, CBBA/Propeg, McCann-Erickson Brasil. Dados retirados do artigo Um Perfil da TV Brasileira: 40 anos de história - 1950/1990, de Sérgio Mattos (1990).



O aumento na captação da publicidade demonstra também o poder econômico da televisão comercial. As TVs educativas, só surgiram em 1967, com a TV Universitária de Pernambuco e, na mesma década, a TV Cultura, que é mantida nos dias atuais pela Fundação Padre Anchieta com parte dos recursos oriundos do Estado de São Paulo.

A trajetória dessas emissoras no país foi marcada por intervenções estatais e dificuldades financeiras, acentuadas durante a ditadura militar e na década de 90.

Das 20 emissoras que integram a ABEPEC (Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais), a maioria não possui ordenamento jurídico compatível com sua função, enfrenta problemas trabalhistas sérios, conta com orçamento insuficiente para fazer face a suas atividades e não dispõe de recursos para investir em novos formatos de programas e nem em tecnologia digital. (CARRATO, 2005, p.2)

Na tentativa de criar novas alternativas de informação e mudar o modo como as notícias são contadas pela grande mídia, no dia 2 de dezembro de 2007 foi inaugurada a TV Brasil. A criação foi debatida um ano antes através do I Fórum Nacional de TVs Públicas que discutiu o modelo, propostas e formas de atuação.

Portanto, a TV Brasil nasceu sem o objetivo de competir com as TVs comerciais, “mas sim preencher as lacunas. O foco seria cobrir com maior ênfase educação, cultura e informação e mostrar a diversidade do país” (AGUIAR, 2012, p.206). Fernández (2002) defende ainda a possibilidade de geração de debates.

Uma programação, com o novo objetivo de informação plural, procura espaços de informação e de discussão dos problemas sociais para avançar em direção a políticas nacionais para enfrenta-los, ao invés de pretender utilizar a TV como propaganda ideológica partidária ou governamental. (FERNÁNDEZ, 2002, p. 176)

A independência da União também está prevista na Lei 11.652/2008, que determina a “autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão” (Lei 11.652, art. 2º, 2008). A participação da sociedade é garantida através do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que é representada por 22 membros, sendo 15 da sociedade civil.

Atualmente, a EBC, criada no mesmo ano da TV Brasil, é a responsável por gerenciar a emissora. A maior parte dos recursos é proveniente da esfera federal. No jornalismo, a principal produção é o Repórter Brasil, exibido em duas edições diariamente. Com 60 minutos de duração, utiliza-se de produções próprias e de conteúdos disponibilizados por emissoras regionais, como a Rede Minas (MG).



Através de um projeto de Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil entre 2010 e 2012, pesquisadores da Universidade Federal de Juiz Fora constataram que – apesar da necessidade de consolidar o formato - em alguns aspectos o Repórter Brasil Segunda Edição consegue imprimir as premissas do jornalismo público.

No Repórter Brasil Noite há um uso mais plural de recursos audiovisuais, com a utilização de diferentes formatos. Além disso, destaca-se a presença de dois quadros que se constituem em referencial importante na veiculação do telejornal, o RB Explica e Outro Olhar, ambos um aproximação da proposta de Jornalismo Público. Há ainda na edição noturna a repercussão de um tema junto ao cidadão comum, que ganha voz ao final de cada bloco quando é exibida uma enquete feita com populares. (COUTINHO, 2013, p. 56).

Entre os pontos negativos, foram destacados o pouco aprofundamento dos assuntos abordados em relação aos noticiários comerciais, a baixa utilização de recursos audiovisuais e a ausência de recursos pós-produção.

Metodologia

A pesquisa foi feita de forma comparativa entre os telejornais Repórter Brasil, noticiário público veiculado pela TV Brasil, e o comercial Jornal Nacional, produzido pela Rede Globo, grupo pertencente à Família Marinho. A escolha desses programas se deve a questões estratégicas.

O Jornal Nacional é o telejornal mais antigo ainda em veiculação da TV Brasileira, no ar desde 1969. Além de possuir a essência comercial, adota práticas e visões conservadoras do jornalismo, como por exemplo, a crença na possibilidade de reportar com fidelidade e imparcialidade, “o que de mais importante aconteceu num determinado dia” (BONNER, 2009, p.19).

A definição corresponde aos princípios da Teoria do Espelho, criticada por outras teorias mais recentes, como as construtivistas, por não considerar fatores externos e a construção da “estória” jornalística, como apenas uma versão dos fatos. “[...] o papel do jornalista é definido como o do observador que relata com honestidade e equilíbrio o que acontece, cauteloso em não emitir opiniões pessoais”, (TRAQUINA, 2012, p.149).

A escolha do JN se deve também a liderança de audiência no Brasil e no papel de credibilidade que conquistou junto à sociedade. Já o Repórter Brasil é objeto de análise pela possibilidade de promover um novo jornalismo, orientado pelos princípios do telejornalismo público. O foco na segunda edição se deve a semelhança de horário de exibição com o Jornal Nacional - cerca de 40 minutos depois do início do noticiário da



Rede Globo -, já que ambos os programas tem tempo semelhante para produzir o jornal e são veiculados em horários considerados nobres pela TV brasileira.

A pesquisa começou no dia 24 de março de 2014 – quando foi anunciado o rebaixamento da nota soberana do Brasil pela S&P – e se estendeu por três dias para acompanhar a repercussão dos assuntos pelos telejornais (27/03/2014). A metodologia do trabalho envolve a análise de conteúdo e o levantamento quantitativo referente ao tempo de exibição da informação, formato da notícia, representatividade das fontes, conteúdo da reportagem e recursos utilizados. Os materiais foram coletados através dos *sites* dos noticiários na internet, que são atualizados diariamente com as notícias exibidas na TV aberta.

A queda da nota soberana do Brasil no Repórter Brasil e no Jornal Nacional.

Durante os quatro dias de análise, os dois telejornais apresentaram abordagens quantitativas e de conteúdo distintas. O relatório de rebaixamento da nota soberana do Brasil pela *Standard and Poor's*, foi divulgado no final da tarde, exatamente às 17h21m do dia 24/03/2014. Como os telejornais entrariam no ar poucas horas depois, não foi vista uma cobertura completa. O Jornal Nacional se limitou a uma nota seca de 30 segundos, na qual repassou as informações contidas no documento. Com o auxílio de uma pequena arte, a apresentadora Patrícia Poeta chegou a afirmar que "a S&P está menos confiante na capacidade do país honrar seus compromissos". Apesar disso, chegou a destacar no final que o país ainda possui o grau de investimento, "que recomenda o país como destino de aplicações".

No mesmo dia, no Repórter Brasil não houve veiculação de qualquer tipo de notícia relacionada ao assunto. Em 25/03, o Jornal Nacional exibiu uma reportagem sobre o rebaixamento com o tempo de 3m43s – incluindo cabeça do apresentador e nota pé. Na cabeça, William Bonner anunciou que a notícia era ruim e que, segundo dados da agência, "as coisas por aqui não estão tão bem como antes".

A matéria começou com os bons índices da bolsa de valores no dia em questão, porém, logo depois, num efeito de contraste, é dada a informação de que no ano há queda acumulada de 6,46% no valor das ações - o que seria motivo de preocupação por parte dos investidores em relação às contas do governo. A reportagem utiliza-se de artes para explicar o que representam as notas de risco, como elas estão elencadas e para apresentar as quedas sequenciais da balança comercial (em abril de 2008, quando houve o aumento da nota do Brasil para grau de investimento, era de US\$ 31,6 bilhões e em



março de 2014, US\$ 1,7 bilhões), do aumento da dívida pública (abril/2008 - 57,9% do PIB e em março/2014 – 58,5% do PIB) e da perspectiva de crescimento, de apenas 1,7% para 2014.

Trechos do relatório da S&P são transcritos e traduzidos no *off*. Na passagem, o repórter diz que a situação não é tão grave, mas é considerada um sinal amarelo, que representa a necessidade de mudanças. Em seguida é encaixada a sonora de Gustavo Loyola, um economista que também foi ex-presidente do Banco Central durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e Itamar Franco. É previsível que o tom seria de crítica ao atual governo devido ao passado político da fonte, de política pertencente à direita e do partido de oposição PSDB na época de FHC. Na entrevista, diz que o governo (deduz-se do PT) não fez as economias e tentou mascarar o crescimento dos gastos. E essa falta de clareza seria o que mais afasta o credor.

Um especialista da Fundação Getúlio Vargas ressalta que o governo tem que parar de falar e começar a agir, já que mais uma futura queda do índice será preocupante. Em nota, os apresentadores leram a posição do Banco Central que ressaltou as atitudes que serão tomadas na economia. O lado do Ministério da Fazenda também foi transmitido através de nota, contestando as posições da agência S&P.

Neste mesmo dia, o Repórter Brasil exibiu uma nota seca seguida de um comentário realizado por Luís Nassif. Na nota, os apresentadores destacaram a versão do governo, como os seguintes dizeres: “o Banco Central informou hoje que o Brasil tem respondido aos desafios do cenário internacional de forma clássica e robusta”. Como o noticiário não havia exibido nada sobre o assunto no dia anterior, também foi explicado o que motivou o rebaixamento de BBB para BBB-.

Logo depois, os apresentadores ainda leram a nota emitida pelo Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Luciano Coutinho, que disse que a melhor resposta foi dada pelo mercado financeiro. Então informaram que no dia, o dólar caiu e a bolsa de valores teve a sétima alta seguida. Percebe-se que essa atitude foi uma forma de tirar o crédito do resultado apresentado pela agência, já que os números que indicam a saúde econômica de alguns indicadores financeiros do país reagiram de forma contrária ao que descrevia o relatório. O telejornal chega a citar que a Bovespa fechou em alta, mas ignora a queda acumulada no ano, que tem maior relevância e que foi destacada na reportagem do Jornal Nacional.

Ao terminar esta parte, é anunciado o comentário de Luís Nassif com a seguinte pergunta por parte do apresentador: “essa agência *Standard and Poor's* foi uma



daquelas que não conseguiram prever a aproximação da grande crise econômica de 2008. Dá para confiar nestas instituições Nassif?”. O questionamento mostra um lado que não foi abordado na TV Comercial e que seria de interesse maior do governo.

O comentarista elenca outros momentos na qual a avaliação da agência de classificação de risco também errou, como na crise argentina. Também citou cenários de manipulação das agências para atender aos interesses dos clientes. Sobre a questão específica do Brasil, ressaltou que o país continua com grau de investimento e que as agências de risco possuem menos influência do que antes. Citou que a nação tem boa relação taxa de juros/risco, o que é uma vantagem entre as economias globais. E finalizou afirmando que “o país está muito melhor do que as manchetes diziam”.

O comentário evidencia uma postura contrária do que foi exibida pelo Jornal Nacional. Mostra uma aproximação com a versão governamental, porém, em determinados momentos Nassif chega a criticar alguns pontos negativos do país, como a deterioração das contas externas e do nível de atividade. O comentário, aliado a informação da nota seca, pode ser visto como a possibilidade de mostrar uma visão diferente do que foi dito nos veículos comerciais - mesmo que neste caso tenha sido feita de forma parcial. Assim, a TV Pública estaria contribuindo, parcialmente, com o princípio previsto em lei, que define a necessidade de complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal (LEI 11.652, 2008, art. 1).

Esse contraponto às versões amplamente difundidas pela mídia, também é defendido por Coutinho, que acredita que o “tensionamento das categorias público x privado no telejornalismo público deveria observar a necessidade imperativa de inclusão do contraditório, como parte fundamental das reportagens vinculadas em lugar de configurar-se somente enquanto normativa técnica” (COUTINHO, 2013, p.32).

Apesar da abordagem, o Repórter Brasil não voltou a citar o assunto nos dias analisados. O Jornal Nacional falou novamente no dia 27/03, quando a S&P anunciou o rebaixamento das notas específicas de 13 instituições financeiras brasileiras de BBB para BBB-. Este caso é peculiar, pois não foi dada nenhuma repercussão aprofundada. A notícia foi lida em apenas 13 segundos pelo apresentador. Não foi feita reportagem e nem listado o nome das instituições – sendo que algumas são estatais e grandes como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES. A explicação para repassar a notícia de forma tão “pelada”, como é caracterizada esse tipo de nota, pode estar no patrocinador do telejornal, que também teve o índice reduzido, o Banco Bradesco.



Agência rebaixa nota de 13 instituições financeiras brasileiras

MAIS INFORMAÇÕES |

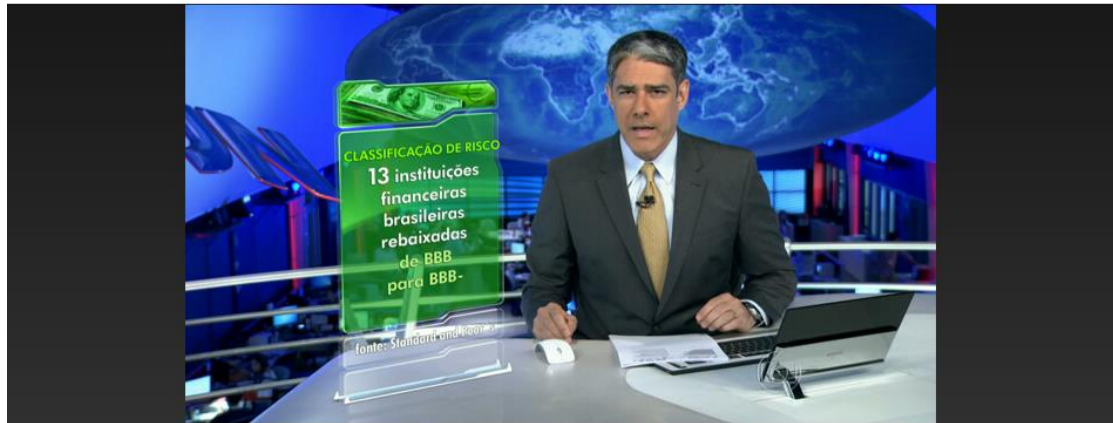


Publicidade



Bradesco

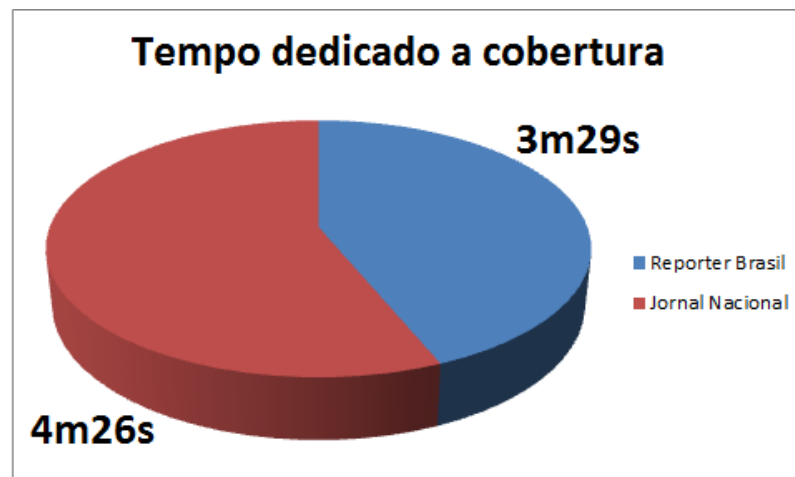
Saiba mais >



Print que mostra o vídeo do anúncio das instituições financeiras que foram rebaixadas pela S&P. O banner do patrocinador, Banco Bradesco aparece na página oficial do Jornal Nacional na internet. O banco teve a nota de classificação de risco reduzida, mas o nome não foi citado na breve nota seca de 13 segundos.

A decisão em não entrar nos detalhes do segundo relatório e nem divulgar a informação de forma completa, como foi feito dias antes com o rebaixamento da nota do Brasil, pode ser explicada pela própria estrutura do telejornal, fortemente ligada ao mercado publicitário. Scorsim (2007) explica que a finalidade básica de uma televisão comercial, como é o caso da TV Globo que produz o Jornal Nacional, é o desempenho de uma atividade econômica, com o intuito de lucro, o qual é buscado mediante receitas do mercado publicitário.

O tempo dedicado à cobertura entre os telejornais no período analisado, não foi distante um do outro.





A diferença foi de 57 segundos a mais de cobertura para o Jornal Nacional. O noticiário comercial também apresentou maior variedade de formatos. O tema apareceu em três edições com notas secas e reportagem. No Repórter Brasil, apenas uma vez.

Considerações finais

Através dos dados levantados, constata-se que houve diferença na abordagem dos telejornais. Enquanto o comercial atuou numa posição mais crítica, com tônica oposicionista, o público se mostrou mais próximo das políticas econômicas do governo. Ambos consideraram que se trata de um sinal amarelo. Mas enquanto o JN deixou claro que isso evidencia necessidade de mudanças, o Repórter Brasil mostrou que ainda não há motivos para se preocupar.

A cobertura do JN apresentou melhor aparato técnico e de recursos, com a utilização de artes, algo mais difícil de ser feito na TV Pública que não conta com os recursos orçamentários provenientes das publicidades. A escolha da fonte por parte do JN também despertou atenção. Ao se optar por um economista ligado a governos de oposição (PSDB), como foi o caso do ex-diretor do Banco Central, cria-se um cenário tendencioso, principalmente por mostrar o lado do atual governo apenas em nota pé, sem qualquer menção a um pedido de entrevista – que gera maior representatividade.

Apesar de mostrar uma visão diferente da grande mídia comercial, o Repórter Brasil também não foi plural. Não houve contraposição plena de pontos de vista, prevaleceu um comentário – que por definição é opinativo – que buscou amenizar o efeito do rebaixamento do Brasil pela *Standard and Poor's*, inclusive questionando o trabalho realizado por ela – algo até justificável considerando avaliações anteriores realizadas pela agência. Para um jornalismo democrático, ficaram ausentes pontos de vistas diferenciados que poderiam contribuir com a formação crítica do cidadão – uma das premissas do jornalismo público.

O assunto poderia ser explorado com maior profundidade, visto que em nenhum momento houve detalhamento do conteúdo do relatório da S&P. Entretanto, se o telejornal público se mostrou “simpático” com as políticas econômicas do atual governo ao não criticá-las de forma rigorosa, o Jornal Nacional também se apresentou limitado quando deixou evidente a dependência do modelo comercial ao não citar o nome do patrocinador, Banco Bradesco, entre as instituições que tiveram a nota de crédito reduzida.



Assim, comparando as abordagens, constata-se que ambas ainda se distanciam dos preceitos que compõe o telejornalismo de qualidade, como geração de conteúdo para o debate público, visões plurais e independência plena. A isenção, que faz parte do Manual de Jornalismo da EBC e dos Princípios Editoriais das Organizações Globo, não é alcançada quando se analisa as escolhas relativas à construção da informação nos dois veículos. Um pré-requisito para atingir as propostas dessas emissoras, relativas a verdade e a comunicação independente.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Itamar. **TV Brasil: algo novo no ar**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012.
- BONNER, William. **Jornal Nacional: Modo de Fazer**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2009.
- BRITO, Giovani A. S.; ASSAF NETO, A.. **Modelo de Classificação de Risco de Crédito de Empresas**. Revista Contabilidade & Finanças - USP, v. 46, p. 18-29, 2008.
- CAOQUETTE, J. B. et al. **Gestão do risco de crédito: o próximo grande desafio financeiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- CARRATO, Ângela. **A TV pública e seus inimigos**. V ENLEPICC Encontro Latino Americano de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura. Salvador, BA, 2005.
- COUTINHO, Iluska (org.). **A informação na TV Pública**. Florianópolis: Insular. 2013.
- _____; QUEIROZ, Caio C.. **Aproximações e distanciamentos dos discursos do manual de jornalismo da EBC e dos princípios editoriais das organizações Globo**. In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2013, Bauru. Anais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. Bauru: Intercom, 2013.
- DUARTE JÚNIOR, Antônio Marcos. **Riscos: Definições, Tipos, Medição e Recomendações para seu Gerenciamento em Gestão de Riscos e Derivativos**. In: E.F.Lengruber; R. Leal. (Org.). *Gestão de Riscos e Derivativos*. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2001, v. 1, p. -.
- FERNÁNDEZ, Valerio Fuenzalida. **Por uma televisão pública para a América Latina**. In: RICÓN, Omar (Org.) *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: ILDEs/FES, 2002. P. 155-200.
- Jornal Nacional**. Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/videos/>. Acesso em 08/04/2014.
- Lei 11.652 de 7 de abril de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm. Acesso em 09/04/2014.
- MATTOS, Sérgio. **Um Perfil da TV Brasileira: 40 anos de história - 1950/1990**. Salvador: Associação Brasileira de Agências de Propaganda/ Capítulo. Bahia: A TARDE, 1990.
- O Globo. **Fazenda contesta e critica rebaixamento da nota do Brasil pela S&P**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/fazenda-contesta-critica-rebaixamento-da-nota-do-brasil-pela-sp-11972652>. Acesso em 08/04/2014.
- Repórter Brasil Edição Noite**. Disponível em <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/videos?edicao=noite>. Acesso em 09/04/2014.
- SCORSIM, Ericson. **O Processo de Evolução do Estado, da Administração Pública e do Direito Administrativo**. Interesse Público (Impresso), v. 42, p. 127-144, 2007.
- Standard and Poor's**. Disponível em: <http://www.standardandpoors.com/>. Acesso em 08/04/2014.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Vol.1. Florianópolis: Insular. Ed. Ver. 2012.